

Trabalho

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui em 2003 um total de 79.247.502 pessoas ocupadas, ou seja, que dispõem de algum tipo de emprego. O número de pessoas desempregadas é de 8.537.033. Neste caso, são consideradas desempregadas pessoas que haviam procurado emprego, mas não obtiveram sucesso. A soma desses dois contingentes resulta na População Economicamente Ativa (PEA) que engloba todas as pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho, independentemente de ter uma ocupação ou não. A PEA no Brasil é de 87.787.660 pessoas em 2003

economicamente	Compreende os trabalhadores ocupados e os desempregados. A PEA representa a oferta de trabalho, ou seja, todos aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho.	87.787.660
	Total de pessoas que dispõem de uma ocupação, seja como trabalhadores formais (com carteira assinada), funcionários públicos, autônomos (trabalhadores por conta própria), seja como trabalhadores sem carteira assinada.	79.247.502
Clique para ampliar		
	Representa a diferença entre a PEA e o total de ocupados. Pessoas em idade ativa que não estão ocupadas nem desempregadas. Representa a diferença entre a PEA e a PIA (incluindo os sem declaração), sendo composta de estudantes, aposentados e doentes-deseja, desde que não trabalhem em atividades geradoras de renda.	8.537.033
ocupação ou	Resultado da divisão de PEA pela PIA e mede o número de pessoas em idade ativa que participam do mercado de trabalho.	61,4
emprego	Resultado da divisão dos desempregados pela PEA e mede o número de pessoas da PEA que não conseguem ocupação.	9,7

Características principais O mercado de trabalho brasileiro é diferente do de países desenvolvidos. Entre outras características, uma parte considerável da torça de trabalho recebe baixíssimos salários e a informalidade é uma tendência marcante.

Outro aspecto típico do mercado de trabalho brasileiro é a alta

disparidade entre os extremos da pirâmide salarial: os 10% mais ricos no Brasil possuem uma renda média 85 vezes maior que a dos 10% mais pobres, diferença que chega a cinco vezes na maioria dos países europeus. Além disso, é expressivo o número de trabalhadores que não completaram o ensino fundamental.

EMPREGO

No decorrer dos anos 1990, a taxa de desemprego se eleva, apesar de o nível de emprego também crescer. Para que o desemprego se mantenha estável, o ritmo de aparecimento de vagas no mercado de trabalho deve acompanhar o aumento da população economicamente ativa.

Entre 1989 e 1999, por exemplo, o nível de ocupação elevou-se em média 1,1% ao ano, enquanto a PEA cresceu a uma média anual de 1,8%. Ou seja, o crescimento do número de postos de trabalho gerados não foi suficiente para cobrir o aumento da PEA. Essa desproporção fez com que o número de desempregados aumentasse 15% anualmente. De 2002 para 2003, a PEA apresenta crescimento de 2,0%, contra 1,4% de expansão do nível de emprego, sendo que este último cresceu menos da metade do ocorrido de 2001 para 2002 (3,6%). Esse desnível faz com que a taxa de desemprego aumente 0,5%.

Em 2004, pesquisas indicam que o trabalho formal está em um momento de expansão. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME/IBGE) – que coleta os indicadores das seis principais regiões metropolitanas -, em setembro o emprego com carteira assinada aumenta 1,3%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em 2003, o trabalho formal registrou apenas 0,2% de crescimento no mesmo período.

OCUPADOS POR TIPO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO* – 2003		
	OCUPADOS	(EM%)
Setor estruturado	33.905.404	42,8
Empregados com carteira	25.349.564	32,0
Funcionários públicos	5.231.897	6,6
Empregadores	3.323.943	4,2
Setor não estruturado	45.342.098	57,2
Empregados sem carteira	18.586.471	23,5
Autônomos	17.709.344	22,3
Não remunerados	5.810.112	7,1
Trabalhadores no setor de subsistência	3.436.171	4,3
Total	79.247.502	100,0

* Não foram considerados os sem declaração
Fonte: Pnad/IBGE

Os resultados mais recentes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, mostram uma progressão ainda maior no nível de empregos com carteira assinada. No mês de novembro a expansão chegou a 8%.

Esse comportamento é um reflexo do reaquecimento da economia. O crescimento econômico gera maior dinamismo na demanda interna e melhor desempenho dos setores brasileiros, principalmente daqueles ligados ao comércio exterior. Esses avanços têm como resultado a expansão do emprego formal.

Trabalho informal: Um aspecto fundamental do perfil do emprego no Brasil é o tipo de vínculo empregatício. Cerca de 57% dos trabalhadores - um total de

HO POR GRANDES REGIÕES - 2003 (EM %)

PEA ⁽²⁾	OCUPADOS	DESEMPREGADOS	TAXA DE DESEMPREGO
16,5	17,0	11,5	
7,1	7,2	6,6	
100,0	100,0	100,0	

Clique para ampliar

PEA: (2) população economicamente ativa; (3) população urbana

45,3 milhões de pessoas - encontram-se no setor não estruturado composto de empregados sem carteira assinada, autônomos, trabalhadores não remunerados (geralmente em atividades econômicas de natureza familiar) e trabalhadores no setor de subsistência (na produção para o auto-consumo). No entanto, é importante ressaltar que nem todos esses trabalhadores estão em

situação precária. Alguns autônomos atuam em setores de alta produtividade, possuem qualificação profissional e recebem salários acima da média.

DESEMPREGO

A taxa de desemprego das seis maiores regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre) cai para 10,5% da PEA em outubro de 2004. Trata-se da menor taxa desde outubro de 2001. Em outubro de 2003, a taxa havia sido de 12,9%. Nos anos 1990, as taxas de desemprego chegam a níveis jamais vistos na história do país. Enquanto há quase 2 milhões de desempregados no fim da década de 1980, em 1995 eles já somam 4,5 milhões de pessoas. No fim dos anos 1990, são contabilizados 7,6 milhões de trabalhadores desocupados no país, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).do IBGE.

RENDA

Uma parcela significativa dos trabalhadores ocupados — cerca de 22 milhões de pessoas, segundo a Pnad de 2003, realizada pelo IBGE. - recebe um valor equivalente ou inferior a um salário mínimo, o que representa 27,8% do total de trabalhadores. Esse percentual varia regionalmente. No Nordeste, 44,7% da força de trabalho ocupada recebe uma renda igual ou inferior ao mínimo; no Sul, 15,7%; e no Sudeste, 13%.

TAXAS DE DESEMPREGO NAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS (EM%)

REGIÃO METROPOLITANA	2001	2002	2003	DEZ./2004
Distrito Federal	20,1	20,7	22,5	19,3
Belo Horizonte	18,3	18,1	20,0	17,0
Porto Alegre	14,9	15,3	16,7	14,4
Recife	21,1	20,3	23,2	21,2
Salvador	27,5	27,3	26,0	24,8
São Paulo	17,6	19,0	19,9	17,1

Fontes: PED/Seade/Dieese/Entidades conveniadas

O núcleo do mercado de trabalho no Brasil - cerca de 38,9% dos ocupados - compreende os trabalhadores que possuem renda maior que um e até três salários mínimos. O rendimento médio da população ocupada se situa em torno de 2,5 salários mínimos (cerca de 600 reais).

Esse é o resultado da soma da massa de rendimentos do trabalho, dividido pelo número de trabalhadores ocupados.

TRABALHO INFANTIL

O Brasil, no início do século XXI, continua apresentando índices elevados de trabalho infantil. Segundo a Pnad/IBGE, 11,7% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalham em 2003. Em 1993, esse percentual era de 19%. Em números absolutos,

OCUPADOS POR FAIXA DE RENDA SALARIAL* - 2003

(Em %)

significa dizer que, em 2003, dos 44,7 milhões de crianças e jovens de 5 a 17 anos de idade existentes, 5,2 milhões trabalham. Na faixa de 5 a 14 anos, a pesquisa revela que 1,3 milhão de meninos e 609 mil meninas trabalham, principalmente em pequenos empreendimentos familiares, especialmente no setor agrícola, e desenvolvem trabalhos sem remuneração.

No Brasil, a legislação trabalhista proíbe o trabalho de crianças com menos de 16 anos - a não ser como aprendiz, para quem possui acima de 14 anos. Para os adolescentes de 16 a 18 anos, é vedada a realização de atividades insalubres, perigosas e penosas, além do trabalho noturno. O governo brasileiro, em 1999, ratificou as duas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam do tema: a de nº 138 (sobre a idade mínima para admissão no emprego) e a de nº 182 (sobre as piores formas de trabalho infantil).

DESIGUALDADE POR GÊNERO

Em 2003, de acordo com a Pnad/IBGE, a taxa de desemprego feminino para o conjunto do Brasil era de 12,3%, contra 7,8% da população masculina. As mulheres ocupam 41,5% dos empregos existentes e representam 54% do total de desempregados no país.

O rendimento médio dos ocupados em 2003 é de 722 reais para os trabalhadores do sexo masculino e de 456 reais para os do sexo feminino, uma diferença de 58,3%. Os empregos das mulheres também estão concentrados nos níveis de renda mais baixos: 32,5% das mulheres ocupadas recebem remuneração igual ou inferior ao salário mínimo, percentual que é de 24,4% no caso da força de trabalho masculina.